



-----**Mandato 2017/2021**-----

-----**Conferência de Representantes dos Grupos Municipais**-----

-----**Draft da Ata Número Trinta**-----

----Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, reuniu, na sala dois das Comissões, sita no edifício da Assembleia Municipal de Lisboa, nos termos dos artigos vigésimo sétimo e vigésimo oitavo do Regimento em vigor, a Conferência de Representantes dos Grupos Municipais, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, em exercício, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, tendo estado presentes os Deputados Municipais que assinaram a lista de presenças em anexo.-----

----Às catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente em exercício deu início à reunião, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Preparação da reunião plenária de 19.02.2019 (doc. n.º 1)-----
2. Lista de matérias e assuntos pendentes (doc. s n.ºs 2 e 3)-----
3. Atualização do Calendário (doc. n.º4)-----
4. Período de intervenção aberto ao público (doc. n.º 5)-----
5. Proposta PSD - Debate Temático sobre o combate à pobreza e a estratégia de redução da população sem-abrigo (doc. n.º 6)-----
6. Outros assuntos-----

Ponto 1: Preparação da reunião plenária de 19.02.2019-----

----**O Senhor Presidente em exercício** deu início à reunião começando por remeter para o documento número um (ordem de trabalhos da reunião plenária de 19.02.2019) e por sublinhar que na reunião do dia seguinte iria haver intervenção do público, mais precisamente cinco intervenções, um voto de pesar, algumas atas para aprovar, declarações políticas e ainda uma matéria relacionada com delegação de competências.-----

----Lembrou que o momento e o modo como deveriam ser feitas as inscrições para apresentação de declarações políticas já tinham sido objeto de muito debate, sendo que o que tinha ficado “estabilizado” fora o das inscrições serem feitas no início da reunião, quando a Senhora Segunda Secretária estivesse já na Mesa, concluindo que, por vezes, tal ainda não acontecia, sendo as inscrições feitas por escrito, antes do início da mesma, segundo a prática antiga.-----

----Solicitou que na sessão do dia seguinte as inscrições fossem feitas apenas no momento do início dos trabalhos, quando a Segunda Secretária tivesse já ocupado o seu lugar na Mesa e que fosse respeitada a ordem das inscrições, a qual seria depois anunciada.-----

----Informou que tinham adicionado os documentos entretanto recebidos aos que já haviam sido distribuídos na semana anterior.-----

Ponto 2: Lista de matérias e assuntos pendentes-----

----**O Senhor Presidente em exercício** explicou que a referida lista constava de dois documentos (docs. n.ºs. 2 e 3) de forma a poder dar-se nota do que já estava pronto para



agendamento e do que aguardava ainda alguns procedimentos.-----

-----Informou que estavam a receber algumas solicitações, sobretudo através de *e-mail*, de representantes de peticionários invocando atraso na tramitação referente às petições e falta de agendamento no caso das que já estavam prontas para o efeito.-----

-----Acrescentou que o doc. n.º 2 identificava as seis petições que estavam prontas para ser agendadas, um relatório da 7.ª Comissão que versava sobre o tema de uma petição, sendo que a ideia era agendá-los ao mesmo tempo, e uma proposta em matéria de urbanismo.-----

-----Sublinhou que no doc. n.º 3 estavam as várias propostas na sua versão actualizada e com todos os dados e comentários em relação ao que estava pendente nas Comissões.-----

-----Perguntou se havia alguma sugestão em matéria de calendário que permitisse dar resposta às diferentes solicitações e às matérias que já se encontravam pendentes para agendamento.-----

-----Equacionou a possibilidade de aproveitarem as tardes destinadas aos debates temáticos, ainda que tivesse plena consciência que a ideia consensualizada fora a de não ocupar regular e sistematicamente as quintas-feiras para realização de sessões.-----

-----Frisou que, a fazê-lo, seria pontualmente e a título de exceção, mas que, ainda assim, gostaria de ouvir opiniões e sugestões quanto à possibilidade que acabava de colocar em cima da mesa.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** sugeriu relativamente às petições que já estavam prontas que a Mesa estudasse bem a situação de forma a poderem dar uma resposta rápida, até porque havia situações que já não estavam a prestigiar a Assembleia, concluindo que concordava com a possibilidade de disponibilizar, o mais rapidamente possível, uma tarde de trabalho para o efeito.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** disse que o Grupo Municipal que representava não se opunha à realização de uma sessão extraordinária e específica para despachar todas as petições, sugerindo que no caso de tal não ser possível pudessem aproveitar o dia da sessão de perguntas à Câmara para discutir as petições mais urgentes, sendo que as consideradas mais urgentes deveriam ser as que estivessem há mais tempo na Assembleia, como era o caso da relativa a Telheiras, mas, também, considerando a premência, a referente à Piscina Municipal da Penha de França, em relação às quais seria necessário tomar uma decisão o quanto antes.-----

-----Lembrou que a Petição 14 era referente a uma questão que já estava resolvida, e que, aliás, o correspondente parecer indiciava isso mesmo.-----

-----Prosseguiu, dizendo que a questão da instalação do arquivo municipal nos terrenos da Feira Popular não lhe parecia ser urgente e que a questão da prostituição abordada numa petição apresentada na Assembleia já tinha sido objeto de apreciação por parte da Câmara Municipal de Lisboa com a aprovação de uma estratégia, por larga maioria.-----

-----Acrescentou que a questão relativa à Conde de Almoester poderia esperar mais quinze dias.-----

-----Reiterou o seu entendimento de se fazer uma única reunião onde se apreciariam todas as petições ou de se incluir na reunião ordinária seguinte as que considerassem mais urgentes.-----



-----Alertou de que não o deveriam fazer logo no dia vinte e seis de fevereiro uma vez que a reunião já tinha na sua ordem de trabalhos PAOD e a apreciação da Informação Escrita.-----

-----Prosseguiu, dizendo que em relação às propostas pendentes havia duas matérias que já tinha abordado em sede de Comissão, mas que entendia dever ser o Senhor Presidente em exercício a tomar a iniciativa quanto ao procedimento a ser adotado. -----

-----Precisou que não considerava normal que ainda não tivesse sido feito o relatório final relativo ao Debate sobre segurança sísmica, uma vez que já tinham decorrido vários meses desde a realização do mesmo e os relatores também já há muito que haviam entregado os seus relatórios.-----

-----Acrescentou que também o relatório relativo ao Debate “O Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa” deveria ser objeto de discussão o quanto antes, pelo que sugeria ao Senhor Presidente em exercício que tentasse acordar, o mais cedo possível, com os Senhores Presidentes das Comissões, uma data para o efeito.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real** interveio para alertar que no dia doze iria ter lugar a sessão de perguntas à Câmara e, ainda, um debate de actualidade, ou seja uma reunião que iria ter, certamente, uma duração de cinco horas, pelo que agendar matéria nova poderia “penhorar” o que já estava agendado.-----

-----Disse nada ter a opor quanto ao agendamento de uma sessão extraordinária se não se conseguissem “encaixar” as petições mais antigas em reuniões agendadas com outras matérias.-----

-----Chamou, ainda, à atenção para o facto de uma das petições, mais precisamente a Petição n.º 18/18, versar sobre uma matéria que estava relacionada com o pelouro pelo qual fora responsável, até pouco tempo antes, o Dr. Duarte Cordeiro, sublinhando que não se chegara a proceder à audição do mesmo sobre a referida matéria nem do engenheiro autor do projeto.-----

-----Referiu que teria que se proceder a um reajustamento da situação, ouvindo-se o novo responsável pelo Pelouro.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires** disse concordar com a preocupação de agendar, com urgência, para apreciação em Plenário, as petições relativamente às quais já havia sido elaborado parecer ou recomendação.-----

-----Sublinhou que a questão da antiguidade da entrada das petições era relevante e que não se deveria fazer esperar mais os peticionários.-----

-----Afirmou que poderiam utilizar a sessão ordinária seguinte e dedicar uma das suas reuniões, que não a de dia vinte e seis, dado a mesma estar já toda ocupada com a Informação Escrita e por ter PAOD, para apreciarem as petições que já estivessem prontas para o efeito, concluindo que também as quintas-feiras deveriam ser evitadas, por se tratar de um dia excepcional para o Plenário reunir.-----

-----Referiu que relativamente ao relatório da 8.ª Comissão não iria repetir o que já havia sido dito e que sobre o relatório da 2.ª Comissão, relativo ao Debate “O Impacto do Turismo na Cidade de Lisboa” tinha a informar que na reunião anterior da referida Comissão tinham-se debruçado sobre o tema e que nas semanas seguintes iriam ultimá-lo, ainda que não tivesse sido definida uma data específica para o efeito, dado serem vários os relatores e ter que se chegar a um acordo quanto à data da conclusão.-----



-----Terminou, dizendo que a necessidade urgente em terminar o relatório tinha sido identificada na Comissão, pelo que a demora já não seria grande.-----

-----**A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira** manifestou a concordância do Bloco de Esquerda quanto à importância em agendar as petições o mais rapidamente possível, tanto as mais urgentes, como as que já se encontravam na Assembleia há mais tempo e em condições de ser agendadas.-----

-----Salientou que a Assembleia, e as Comissões em particular, haviam assumido com os peticionários o compromisso de apreciarem as petições o quanto antes, pelo que em nada dignificaria o seu trabalho mantê-las numa situação de espera e a aguardar discussão em Plenário.-----

-----Sugeri que se dedicasse um tarde ou, pelo menos, parte dela, à apreciação das petições mais urgentes e das que já tinham dado entrada na Assembleia há algum tempo.--

-----Acrescentou que não sendo possível dedicar para esse efeito o dia doze de março, uma vez que já havia perguntas à Câmara e debate de actualidade, poderiam agendar as referidas petições para a semana seguinte, numa reunião de continuidade da sessão ordinária de fevereiro.-----

-----Expressou que as quintas-feiras só deveriam ser utilizadas em situações extremamente excepcionais, não se devendo criar precedentes relativamente a essa questão.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** afirmou que deveria ser encontrada, o mais brevemente possível, uma data para analisarem todas as petições que já estivessem prontas para esse efeito, sublinhando que não via grande utilidade em fazer grandes considerações sobre prioridades.-----

-----Disse preferir que não se tivesse que recorrer às quintas-feiras, mas sublinhou que, efetivamente, teria que ser dada prioridade à decisão imediata das petições que já tinham relatórios provados.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** referiu que das várias intervenções e procurando que o agendamento fosse o mais rápido possível e que tudo o que estivesse pendente fosse agendado, resultavam duas hipóteses, sendo uma delas a de dedicar o dia vinte e oito de fevereiro à apreciação das referidas petições, numa sessão de continuidade da sessão ordinária de vinte e seis, ainda que com o inconveniente de ser numa quinta-feira, e a outra agendar essa matéria com outras para o dia dezanove de março, concluindo que na última hipótese as petições ficariam a aguardar mais um mês, havendo, ainda, o risco de não serem discutidos todos os pontos da ordem de trabalhos dessa reunião por falta de tempo.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** sugeriu que se agendasse uma sessão extraordinária com o ponto único de apreciação e votação de petições.-----

-----Foi consensualizada a realização de uma sessão extraordinária no dia vinte e oito de fevereiro, quinta-feira, para apreciação e votação dos relatórios das petições que se encontrassem concluídos.-----

Ponto 3 : Atualização do Calendário -----

-----**O Senhor Presidente em exercício** fez, seguidamente, um lembrete relativamente às sessões seguintes, remetendo para o doc. n.º 4, dizendo que no dia seguinte haveria declarações políticas e discussão de propostas, que no dia vinte e seis teriam PAOD e Informação Escrita, no dia vinte e oito, apreciação de petições e dos respetivos relatórios,



que no dia sete de março realizar-se-ia a primeira sessão do debate temático, no dia doze, perguntas à Câmara e debate de actualidade, no dia dezanove, continuação da sessão ordinária de fevereiro, que no dia vinte e um de março teria lugar a segunda sessão do debate temático e que no dia vinte e seis do mesmo mês haveria declarações políticas e apreciar-se-ia a proposta de transferência de competências da Câmara Municipal.-----

----Disse que gostaria de voltar um pouco atrás, mais precisamente às matérias pendentes, para fazer algumas considerações sobre a Proposta n.º 525/2018- Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) - a qual também já tinha dado entrada na Assembleia em julho de dois mil e dezoito, estando parada na 3.ª Comissão.-----

----Informou que apesar de não ter havido qualquer solicitação por parte da Câmara, várias pessoas interessadas tinham abordado a Assembleia sobre a referida matéria.-----

----Transmitiu que tinha estado a ver o expediente passado e até as reuniões da Conferência de Representantes onde o assunto tinha sido abordado e que constataria que a Senhora Presidente solicitara esclarecimentos, que o Senhor Vereador Manuel Salgado os havia prestado e que em setembro a proposta e a documentação que lhe estava anexa fora remetida à apreciação da 3.ª Comissão, sendo que o prazo fixado para o efeito fora sendo prorrogado.-----

----Informou que tinha ocorrido a audição do Senhor Vereador relativamente a essa matéria conjuntamente com outras matérias.-----

----Disse que, no entretanto, a Senhora Presidente tinha colocado a hipótese, a qual recebera o assentimento dos membros da Conferência, de pedir um estudo sobre valorização de ativos, uma vez que lhe parecia que a apreciação da proposta o justificava.-

----Lembrou que tal sugestão não tivera continuidade e que o facto da Câmara não ter, à semelhança do que inúmeras vezes fizera relativamente a outras propostas, pedido celeridade ou urgência na respetiva apreciação, tinha contribuído para o facto da proposta estar “parada” na 3.ª Comissão.-----

----Disse que, no entanto, começara a receber pedidos de reunião, *e-mails* de cidadãos investidores interessados na matéria, pelo que gostaria de ouvir os Senhores Representantes sobre o assunto.-----

----Perguntou se o entendimento deveria ser no sentido de respeitar a autonomia da Comissão ou no sentido de agendar alguma diligência e dar andamento ao processo, concluindo que desde a última vez que haviam falado sobre o assunto haviam já decorrido cinco meses, durante os quais nada se tinha feito.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** informou, enquanto secretário da 3.ª Comissão, que, no final do ano de dois mil e dezoito, tinha sido feita a audição do Senhor Vereador Manuel Salgado relativamente à referida proposta, que nessa audição haviam estado também presentes e tinham usado da palavra os dirigentes municipais da área do urbanismo e que tinha sido combinado, após transmissão pelo Senhor Presidente da Comissão de informação dada pela Senhora Presidente, que a Assembleia iria fazer a referida avaliação.-----

----Acrescentou que, posteriormente, a Senhora Presidente dera nota, em Conferência de Representantes, que iria diligenciar junto da Câmara Municipal, aquando da elaboração do respectivo orçamento para o ano de dois mil e dezanove, no sentido de se incluir uma



verba destinada à aquisição do referido estudo.-----

-----Esclareceu que não iriam ser feitas mais diligências pela 3.^a Comissão enquanto não houvesse uma informação sobre a mencionada avaliação por parte da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, sendo que, como era óbvio, se se decidisse não haver avaliação, o processo iria seguir os seus trâmites.-----

-----**O Senhor Presidente em exercício** começou por agradecer o esclarecimento e informou que iria falar com a Senhora Presidente sobre o assunto.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura** retomou o assunto do relatório sobre o Debate Temático “Prevenção e minimização do risco sísmico e reforço da resiliência sísmica em Lisboa” para perguntar se não seria preferível voltar a falar com o Senhor Presidente da 8.^a Comissão sobre a conclusão do mesmo de forma a ser possível submetê-lo, e a eventuais recomendações, à apreciação do Plenário no dia das petições.---

-----**O Senhor Presidente em exercício** salientou que não só os Serviços, como o Gabinete da Senhora Presidente, tinham tentado sensibilizar os Senhores Presidentes das Comissões relativamente a algumas matérias pendentes nas mesmas no sentido de se apressarem os procedimentos de forma a poderem corresponder às expectativas das pessoas envolvidas nos debates.-----

Ponto 4: Período de intervenção aberto ao público -----

-----**O Senhor Presidente em exercício** mencionou o doc. n.º 5, informando que o mesmo fora elaborado pela Dra. Luísa Jacobetty, na sequência do consensualizado em sede de Conferência, lembrando que o que se pretendia com a elaboração do mesmo era potenciar a intervenção do público e o envolvimento dos munícipes nas atividades da Assembleia.-----

-----Informou que o mesmo continha cinco ideias, uma directamente relacionada com a questão da divulgação e as outras relacionadas com o que tinham estado a falar relativamente às petições e aos debates.-----

-----Começou por identificar a primeira ideia a qual consistia numa melhor fiscalização das respostas disponibilizadas pela Câmara Municipal às questões colocadas pelo público nas sessões.-----

-----Sublinhou que era feita uma espécie de *follow up* no Gabinete da Senhora Presidente ao nível do que era enviado para a Câmara e que depois era dado conhecimento aos grupos municipais e aos respetivos representantes, bem como às comissões competentes das respostas que iam sendo dadas pela Câmara.-----

-----Disse que, a propósito, poderiam tentar fazer mais, sendo que a proposta apresentada no documento ia nesse sentido, dando mais eco ao que era feito no sentido de procurar dar resposta às questões colocadas pelo público.-----

-----Prosseguiu, dizendo que a segunda ideia espelhada no documento em análise estava relacionada com algumas considerações que haviam já tido lugar na reunião que estava a decorrer, explicando que a mesma consistia na introdução de mecanismos mais céleres na análise das petições e na sua “chegada” em tempo útil ao Plenário.-----

-----Identificou a terceira ideia, dizendo que a mesma estava relacionada com uma questão colocada pelo Senhor Deputado Municipal Diogo Moura, salientando que envolver as entidades externas e o público mas, depois, quer as petições, quer os debates, ficarem



meses perdidos nas Comissões não propiciava o envolvimento da população nos trabalhos da Assembleia.-----

----Informou que a quarta ideia consistia em solicitar junto da Câmara resposta automática aos pedidos e reclamações efectuados no respectivo *site*, com informação sobre o direito de intervenção do munícipe nas sessões da Assembleia em que fosse fixado um período de intervenção do público.-----

----Transmitiu a última ideia que resultava do documento dizendo considerá-la como a mais substancial porque cruzava tudo o que os Senhores Representantes tinham já referido, e que consistia na articulação da Assembleia com a Câmara e com as juntas de freguesia no sentido de se desenhar uma campanha de divulgação, utilizando muitos dos instrumentos que as últimas já disponibilizavam a par dos que a Assembleia já tinha, de forma a proporcionar uma cada vez maior divulgação quer dos trabalhos do órgão deliberativo do Município de Lisboa, quer da possibilidade de participação e envolvimento do Público nos mesmos.-----

----Pediú aos Senhores Representantes que fizessem sugestões, críticas, propostas, caso assim o entendessem.-----

----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** lembrou que na semana anterior, em sede de Conferência, fora consensualizado dedicar uma semana à reflexão sobre o tema, sublinhando que o documento que acabara de ser apresentado encerrava em si mesmo uma síntese da reflexão que haviam feito e que assentava na Recomendação n.º 52 apresentada pelo PCP e aprovada em Plenário.-----

----Frisou que a posição do PCP continuava a ser a mesma, desde logo, defender a aplicação, como regra, do tempo máximo previsto no artigo 83.º do Regimento da Assembleia, com abertura das inscrições na véspera da sessão, através da Net e presencialmente, até ao limite de quinze inscrições.-----

----Referiu que também entendiam que a utilização do período de quarenta e cinco minutos se deveria aplicar como regra aquando da fixação dos períodos de intervenção do público, rateando-se, sempre que possível, o tempo disponível entre os inscritos, até ao limite de cinco minutos por cada interveniente, em vez dos três minutos que correspondiam ao que estava definido na actualidade, tempo esse que, inclusive, começara já a ser aplicado na sessão anterior.-----

----Concluiu, reiterando que a regra deveria ser a de utilizar o tempo máximo previsto no Regimento, devendo a exceção ser aplicada, caso a caso, por via consensual e após consulta pela Mesa aos grupos municipais e aos deputados que exerciam o seu mandato como independentes.-----

----Informou que tinha consigo alguns exemplares do documento onde se encontrava materializada a reflexão que o PCP havia feito, os quais poderia disponibilizar.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** respondeu que depois solicitaria que os mesmos fossem distribuídos.-----

----**A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires** referiu que o documento apresentado pelo Senhor Presidente em exercício relativo à interacção entre os cidadãos e



a Assembleia Municipal de Lisboa continha propostas consensuais entre todos e que, de certa forma, resultavam da discussão que haviam tido sobre o tema na reunião anterior, a qual tinha sido não só no sentido de aproximar, mas, também, de publicitar.-----

----Salientou que um dos maiores problemas que tinham constatado estava relacionado com a publicitação da possibilidade dos cidadãos participarem nas sessões da Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----Referiu que relativamente à Recomendação apresentada pelo PCP haviam tido algum tempo para apresentar propostas, justificando que o Bloco de Esquerda não tinha apresentado porque, na generalidade, concordava com a posição assumida no referido documento.-----

----Perguntou se havia mais alguma proposta relativamente à questão dos tempos, frisando que lhe parecia que se colocassem como regra a utilização do tempo máximo de quarenta e cinco minutos e a regra da utilização do tempo mínimo ou máximo consoante o número de inscitos poderiam ter a resolução para as questões levantadas sobre a participação e a importância da participação dos cidadãos na Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----Sublinhou que ainda que sendo certo que não iria certamente, de um dia para o outro, ou de uma semana para a outra, haver uma “chuva” de inscrições, não deixaria de ser útil irem criando hábitos no sentido de se irem adaptando do ponto de vista da agenda que faziam e da forma como geriam os trabalhos.-----

----Concluiu, dizendo que o documento que acabara de ser lido pelo Senhor Presidente em exercício correspondia à reflexão que havia sido feita em sede de Conferência na semana anterior, sublinhando que os dois documentos mencionados eram positivos.-----

----**O Senhor Deputado Municipal José Leitão** referiu não ter qualquer objecção relativamente ao documento apresentado pelo Senhor Presidente em exercício e, ainda, que o Grupo Municipal do Partido Socialista não havia tido tempo de reflectir sobre o documento do PCP, comprometendo-se a pronunciar-se sobre o assunto constante do mesmo na reunião seguinte.-----

----Acrescentou que nada impedia a Mesa de ir adotando, desde logo, um critério de bom senso, tendo em conta o número de inscrições, e de ir aplicando, na prática, o Regimento com sabedoria.-----

----**O Senhor Presidente em exercício** informou que não tinha sido apresentada qualquer outra proposta escrita para além da apresentada pelo PCP e sublinhou que as reflexões eram todas no mesmo sentido.-----

----Justificou que continuavam a limitar o número de inscrições a cinco pessoas dada a “overdose” que continuavam a ter a nível de agenda, sendo que, na prática, eram apenas quatro, uma vez que a inscrição do munícipe José António Marim era sempre certa.-----

----Lembrou que houve uma altura em que o Regimento previa uma norma que propiciava a rotatividade dos assuntos a serem expostos pelos munícipes nas sessões da Assembleia que se traduzia na existência de um intervalo de seis meses para que a mesma pessoa pudesse expor o mesmo assunto, concluindo que tal norma havia sido retirada do documento.-----



-----Frisou que o procedimento que tinham adotado na sessão de plenário anterior em resultado da reflexão feita fora disponibilizar cinco minutos a cada interveniente, procedimento que iriam continuar na sessão do dia seguinte.-----

-----Enunciou como vantagens o facto dos intervenientes poderem falar de um modo mais pensado e, ainda, o da Mesa não ter que estar sempre a pedir-lhes que acabassem ou abreviassem o discurso, pedido esse que nem sempre era bem aceite por todos.-----

-----Disse considerar a experiência dos cinco minutos positiva, até porque, em média, os municípios acabavam por utilizar quatro minutos, que era, aproximadamente, o que utilizavam antes, mas sem interrupções, o que resultava mais vantajoso para os próprios e para a própria Mesa.-----

-----Referiu que, face a todas as considerações que haviam sido feitas, deveriam pôr em prática as ideias constantes do documento na interacção com as Comissões e tentar delinear a campanha de divulgação da possibilidade de participação do público nos trabalhos da Assembleia.-----

-----Transmitiu, quanto às inscrições, que iriam então fixar os cinco minutos para cada interveniente, devendo consensualizar, em sede de Conferência, sobre o número máximo de inscrições para as sessões seguintes.-----

-----Perguntou, directamente, se os Senhores Representantes entendiam dever manter, nas sessões seguintes, o limite de cinco pessoas inscritas ou alargar esse limite a seis ou sete inscrições.-----

-----Terminou, dizendo que iriam, certamente, continuar a reflexão visando o aperfeiçoamento do processo, tendo em consideração a proposta do PCP, a qual, de alguma forma, já estava a ser praticada, mas, também, todas as ideias e sugestões que fossem colocadas em cima da mesa e que fossem consensualizadas.-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro** afirmou que colocar em prática o que nem sequer era exceção, aquilo que, pura e simplesmente não existia, ou seja a fixação de um período de quarenta e cinco minutos para a intervenção do público, poderia levar algum tempo.-----

-----Concretizou, esclarecendo que poderia decorrer algum tempo até que as pessoas percebessem que havia uma outra postura por parte da Assembleia Municipal de Lisboa em termos de inscrição dos cidadãos nas respetivas sessões.-----

-----Acrescentou que teriam que estar atentos à evolução da situação, mas que deveriam aplicar o que estava no Regimento o mais rapidamente possível, porque essa consideravam ser a base fundamental, concluindo que até lá, deveriam gerir a questão com a sensibilidade e inteligência que a situação exigia.-----

-----**Durante a reunião** foram distribuídos os documentos seguintes que se anexam a esta ata e que dela fazem parte integrante:-----

Doc. 1 – OT da 34^a Reunião Plenária, de 19.02.2019-----

Doc. 2 – Lista de matérias prontas para agendamento -----

Doc. 3 – Lista de matérias e assuntos pendentes-----

Doc. 4 – Calendário -----

Doc. 5 - Recomendação 052/10 (PCP)-----



Doc. 6 – Proposta 004/PSD/2019 -----

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa em exercício deu por encerrada a reunião às dezasseis horas da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes na reunião.-----

O Presidente em exercício _____

A Primeira Secretária em exercício _____

A Segunda Secretária _____

Draft elaborado por Cristina Martinho